



TAM S.A. e TAM S.A. e Empresas controladas

CNPJ 01.832.635/0001-18



Demonstrações Financeiras 2013

Relatório da Administração 2013

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da TAM S.A. e TAM S.A. e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.
São Paulo, 07 de abril de 2014
A Diretoria

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora	
		2013	2012
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	251	150
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	4.3 (a)	5.105	5.289
Tributos a recuperar		2.593	2.593
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		30.150	37.840
Partes relacionadas	10 (a)	4.002	-
Demais contas a receber		551	440
		42.652	46.312
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	41.560	74.874
Partes relacionadas	10	182	182
Dividendos a receber	10	15.226	15.226
Depósitos judiciais		1.117	909
		58.085	91.191
Investimentos	15 (a)	1.103.073	157.571
Imobilizado		103	123
Intangível	17 (a)	163.189	-
		1.324.450	248.885
Total do ativo		1.367.102	295.197

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado	
		2013	2012
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	688.500	654.553
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	4.3 (b)	1.526.697	897.428
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		-	150.426
Contas a receber	7	2.275.828	1.592.477
Estoques	8	358.438	262.419
Tributos a recuperar	9	161.465	114.680
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		76.192	117.494
Depósitos em garantia	13	47.193	47.210
Pré-pagamento de manutenção	14	357.943	256.557
Despesas do exercício seguinte		86.885	59.047
Partes relacionadas	10	1.092.654	71.780
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	3.315
Demais contas a receber		127.399	86.097
		6.799.194	4.313.483
Ativos não circulante disponíveis para venda	12	4.151	18.221
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito		27.531	59.965
Partes relacionadas	10	2.662.567	70.715
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	694.234	266.587
Depósitos em garantia	13	75.594	35.077
Pré-pagamento de manutenção	14	181.445	301.006
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	2.286
Demais contas a receber		25.579	38.272
		3.666.950	773.908
Investimentos	15 (b)	7.083	4.369
Imobilizado	16	6.721.487	9.132.284
Intangível	17 (b)	545.672	599.126
		10.941.192	10.509.687
Total do ativo		17.744.537	14.841.391

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receita líquida	27	-	-	15.034.851	13.791.513
Custos e despesas operacionais	28	(57.117)	(159.901)	(15.510.872)	(14.413.395)
Resultado de equivalência patrimonial em controladas	15	(1.444.083)	(1.242.665)	(8.314)	(2.203)
Prejuízo operacional antes das variações de valor justo de derivativos de combustível		(1.501.200)	(1.402.566)	(484.335)	(624.085)
Variações de valor justo de derivativos de combustível		-	-	5.671	(31.018)
Prejuízo operacional		(1.501.200)	(1.402.566)	(478.664)	(655.103)
Receitas financeiras	30	3.872	22.668	1.122.611	2.265.065
Despesas financeiras	30	(13.231)	(8.351)	(2.388.189)	(3.269.823)
Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa	30	-	-	(16.326)	17.715
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(1.510.559)	(1.388.249)	(1.760.568)	(1.642.146)
Imposto de renda e contribuição social	22 (a)	4.948	44.899	319.493	359.805
Prejuízo do exercício		(1.505.611)	(1.343.350)	(1.441.075)	(1.282.341)
Atribuído aos:					
Acionistas da TAM S.A.				(1.505.611)	(1.343.350)
Acionistas não controladores				64.536	61.009

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Prejuízo do exercício		(1.505.611)	(1.343.350)	(1.441.075)	(1.282.341)
Outros componentes do resultado abrangente					
Ganho na conversão de investimentos no exterior		1.302	6.685	1.371	7.038
Hedge de fluxo de caixa - reconhecido em outros resultados abrangentes		34.264	(73)	47.034	(298)
Hedge de fluxo de caixa - realizado pelo resultado		(7.573)	(3.572)	(10.395)	(4.896)
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre hedge de fluxo de caixa		(9.075)	1.239	(12.457)	1.766
Total de outros componentes do resultado abrangente		18.918	4.279	25.553	3.610
Total do resultado abrangente do exercício		(1.486.693)	(1.339.071)	(1.415.522)	(1.278.731)
Atribuído aos:					
Acionistas da TAM S.A.				(1.486.693)	(1.339.071)
Acionistas não controladores				71.171	60.340

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Prejuízo do exercício		(1.505.611)	(1.343.350)		
Ajustes do resultado					
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 22)			(4.948)	(44.899)	
Depreciações e amortizações			13	18	
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos			11	4.741	
Resultado da equivalência patrimonial			1.444.083	1.242.665	
Provisões para contingências			-	168	
Variações do capital circulante					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			184	324.836	
Tributos a recuperar/Imposto de renda e contribuição social a recuperar			7.690	306	
Depósitos judiciais			(208)	(362)	
Partes relacionadas			101.304	1.637	
Demais contas a receber			-	(229)	
Outros Ativos			(114)	-	
Fornecedores			3.150	(249)	
Salários e encargos sociais			(280)	2.292	
Impostos e tarifas a recolher			(731)	1.303	
Receita diferida			-	6	
Demais contas a pagar			387	40	
Caixa gerado pelas (utilizado nas) operações			44.930	188.730	
Juros pagos			-	(12.727)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			44.930	176.003	
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital - TAM S.A.			-	10.876	
Alienação de ações da Multiplus - exercício de opções			-	6.034	
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC			(3.835.717)	(112.000)	
Dividendos recebidos da controlada Multiplus			164.033	-	
Dividendos recebidos da controlada TAM Airlines			4.452	-	
Investimento aquisição ABSA			(1.083)	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio recebido			-	423.282	
Aquisição de imobilizado			-	(39)	
Caixa líquido utilizado nas (gerado pelas) atividades de investimento			(3.668.315)	328.153	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital - TAM S.A. Nota 23 (b)			3.623.486	6.349	
Cancelamento de ações em circulação - TAM S.A.			-	(344.717)	
Debêntures - pagamentos			-	(166.667)	
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento			3.623.486	(505.035)	
Aumento no caixa e equivalente de caixa			101	(879)	
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício			150	1.029	
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício			251	150	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora	
		2013	2012
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		3.393	243
Salários e encargos sociais		5.874	6.154
Receita diferida		6	6
Impostos e tarifas a recolher		15.127	15.858
Dividendos a pagar		858	861
Partes relacionadas	10	715	1.410
Demais contas a pagar		461	70
		26.434	24.602
Não circulante			
Provisões		287	287
Partes relacionadas	10	199.595	-
Provisão para perdas com investimentos	15 (a)	-	1.214.007
		199.882	1.214.294
Total do passivo		226.316	1.238.896
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	23 (b)	4.453.926	830.768
Reservas de capital		151.313	147.771
Prejuízos acumulados		(3.991.549)	(2.487.638)
Ajuste de avaliação patrimonial		527.096	565.400
		1.140.786	(943.699)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		1.367.102	295.197

	Nota	Consolidado	
		2013	2012
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		944.079	840.872
Passivos financeiros	18	1.883.780	2.250.932
Salários e encargos sociais		545.215	499.950
Receita diferida	19	3.361.516	2.912.787
Impostos e tarifas a recolher		446.175	417.049
Partes relacionadas	10	1.254.631	93.701
Instrumentos financeiros derivativos	11	3.870	48.772
Programa de recuperação fiscal		41.326	39.206
Demais contas a pagar	20	470.018	384.384
		8.950.610	7.487.653
Não circulante			
Passivos financeiros	18	5.794.366	6.665.761
Partes relacionadas	10	6.100	-
Dividendos a pagar		861	861
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	13.267
Receita diferida	19	178.930	188.422
Provisões	21	386.284	353.439
Programa de recuperação fiscal		406.284	423.186
Demais contas a pagar	20	825.906	609.412
		7.598.284	8.254.348
Total do passivo		16.549.341	15.742.001
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	23(b)	4.453.926	830.768
Reservas de capital		151.313	147.771
Prejuízos acumulados		(3.991.549)	(2.487.638)
Ajuste de avaliação patrimonial		527.096	565.400
Participação dos acionistas não controladores		1.140.786	(943.699)
		54.410	43.089
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		1.195.196	(900.610)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		17.744.537	14.841.391

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado	
		2013	2012
Prejuízo do exercício		(1.441.075)	(1.282.341)
Ajustes do resultado			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 22)		(440.037)	(476.189)
Depreciações e amortizações (Nota 28)		719.796	776.798
Baixa de operações de arrendamento financeiro		(1.168.325)	501.848
Resultado na alienação do imobilizado (Nota 31)		1.823.620	1.184.278
Resultado na alienação do ativo não circulante disponível para venda		1.728	-
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos		1.285.364	101.236
Outras provisões		48.869	2.203
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 15)		8.314	267.473
Provisões para contingências (Nota 21)		139.986	13.309
Plano de remuneração baseado em ações		4.862	(



TAM S.A.

e TAM S.A. e Empresas controladas

CNPJ 01.832.635/0001-18



Demonstrações Financeiras 2013

Continuação

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuídos aos acionistas da TAM				Participação não controladores		Total	
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total		
Em 1º de janeiro de 2012	819.892	140.414	191.595	562.491	-	1.714.392	71.303	1.785.695
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.343.350)	(1.343.350)	61.009	(1.282.341)
Outros resultados abrangentes								
Ganho na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	6.685	-	6.685	353	7.038
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(73)	-	(73)	(225)	(298)
Hedge de fluxo de caixa - realizado pelo resultado	-	-	-	(3.572)	-	(3.572)	(1.324)	(4.896)
Imposto de renda e contribuição social diferido efetivo	-	-	-	1.239	-	1.239	527	1.766
Total do resultado abrangente	-	-	-	4.279	(1.343.350)	(1.339.071)	60.340	(1.278.731)
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas:								
Aumento de Capital	10.876	-	-	-	-	10.876	-	10.876
Distribuição de dividendos Multiplus pago aos não controladores	-	-	-	-	-	-	(93.897)	(93.897)
Ganho de capital na alienação de participação societária - Multiplus	-	-	-	6.034	-	6.034	3.131	9.165
Baixa da reserva de reavaliação - Terrenos	-	-	-	(5.907)	-	(5.907)	-	(5.907)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.497)	1.497	-	-	-
Plano de remuneração em ações	-	11.097	-	-	-	11.097	2.212	13.309
Plano de remuneração em ações - Transferido para o passivo	-	(6.299)	-	-	-	(6.299)	-	(6.299)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	2.559	-	-	-	2.559	-	2.559
Cancelamento de ações em circulação	-	-	3.790	-	-	3.790	-	3.790
Absorção da reserva pelo prejuízo do exercício	-	-	(344.717)	-	-	(344.717)	-	(344.717)
149.332	-	-	-	-	(149.332)	-	-	-
Total das contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas	10.876	7.357	(191.595)	(1.370)	(147.835)	(222.567)	(88.554)	(411.121)
Em 31 de dezembro de 2012	830.768	147.771	-	565.400	(1.491.185)	52.754	43.089	95.843
Ajuste referente a receita diferida (i)	-	-	-	-	(996.453)	(996.453)	-	(996.453)
Em 31 de dezembro de 2012	830.768	147.771	-	565.400	(2.487.638)	(943.699)	43.089	(900.610)

(i) Após a fusão entre TAM e LAN, foram realizadas revisões em diversos procedimentos adotados por ambas as Companhias para identificar melhores práticas e melhores soluções do ponto de vista de sistemas. Uma das áreas analisadas foi o de reconhecimento de receita. A Companhia junto aos seus fornecedores desenvolveu uma nova ferramenta de extração de inventário de bilhetes e após análises detalhadas desta extração foram identificadas diferenças que impactaram o saldo histórico da receita diferida (transportes a executar) reconhecida nas demonstrações financeiras de anos anteriores no montante de R\$ 1.102.930 (R\$ 975.643 líquido do efeito de mudança de política de reconhecimento da receita de bilhete não voado). O efeito deste ajuste afetou as seguintes contas: R\$ 97.671 a débito na conta "Contas a receber", R\$ 151.829 a crédito na conta "Despesas antecipadas (comissões e incentivos)", R\$ 33.524 a débito na conta "Impostos e tarifas a recolher", R\$ 975.643 a crédito na conta "Receita diferida", R\$ 176 a crédito na conta "Demais contas a pagar" e R\$ 1.123.740 a débito no patrimônio líquido na conta "Prejuízos acumulados" (R\$ 996.453 líquido do efeito de mudança de política de reconhecimento da receita de bilhete não voado). Devido à mudança de sistema de reservas (SABRE para AMADEUS no final do ano de 2009) bem como a mudança de sistema de reconhecimento de receita ao longo de 2009 e 2010 e também por conta das limitações sistêmicas nos módulos substituídos foi impraticável determinar os impactos pertencentes aos períodos anteriores a 31 de dezembro de 2012. Pelos mesmos motivos descritos acima, também foi impraticável apurar eventuais efeitos tributários sobre esses ajustes identificados. Como consequência, a Companhia concluiu que a forma adequada de refletir estes ajustes é contabilizar esse valor no saldo de abertura dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2012, conforme determina o parágrafo 44 do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e do IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuídos aos acionistas da TAM				Participação não controladores		Total	
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total		
Em 31 de dezembro de 2012	830.768	147.771	-	565.400	(2.487.638)	(943.699)	43.089	(900.610)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.505.611)	(1.505.611)	64.536	(1.441.075)
Outros resultados abrangentes								
Ganho na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	1.302	-	1.302	69	1.371
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	34.264	-	34.264	12.770	47.034
Hedge de fluxo de caixa - realizado pelo resultado	-	-	-	(7.573)	-	(7.573)	(2.822)	(10.395)
Imposto de renda e contribuição social diferido efetivo	-	-	-	(9.075)	-	(9.075)	(3.382)	(12.457)
Total do resultado abrangente	-	-	-	18.918	(1.505.611)	(1.486.693)	71.171	(1.415.522)
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas:								
Aumento de capital - Nota 23 (b)	3.623.486	-	-	-	-	3.623.486	-	3.623.486
Correção do capital Social - Nota 23 (b)	(328)	-	-	-	328	-	-	-
Aquisição de investimento	-	-	(56.269)	-	-	(56.269)	-	(56.269)
Distribuição de dividendos Multiplus pago aos não controladores	-	-	-	-	-	-	(61.071)	(61.071)
Distribuição de dividendos da controlada TAM Airlines pago aos não controladores	-	-	-	-	-	-	(235)	(235)
Ganho na alienação da participação da Multiplus	-	-	-	419	-	419	136	555
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.372)	1.372	-	-	-
Plano de remuneração em ações	-	3.542	-	-	-	3.542	1.320	4.862
Total das contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas	3.623.158	3.542	(57.222)	(1.700)	3.571.178	(59.850)	54.410	3.511.328
Em 31 de dezembro de 2013	4.453.926	151.313	-	527.096	(3.991.549)	1.140.786	54.410	1.195.196

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TAM S.A. ("TAM" ou "Companhia" e suas controladas) foi constituída em 12 de maio de 1997, tendo como objeto social, primordialmente, a participação direta no capital de empresas dedicadas à atividade de transporte aéreo. A Companhia é controladora integral da TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA"), empresa que opera principalmente com linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas no Brasil e no exterior e da Pantanal Linhas Aéreas S.A. ("Pantanal"), empresa que opera linhas regulares de transporte aéreo de passageiro no Brasil, que foi incorporada pela TLA em julho de 2013. Possui 94,98% de Transportes Aéreos do Mercosul S.A. ("TAM Airlines"), empresa de voo regular sediada em Assunção, no Paraguai, que opera naquele país, além de Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia e 72,85% da Multiplus S.A. ("Multiplus") que tem por objeto social, basicamente, o desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. A TAM é registrada e domiciliada no Brasil com sede na Av. Jurandir, 856, Lote 4, primeiro andar, São Paulo, SP. Em 22 de junho de 2012, após a conclusão da Oferta Pública de Permuta de Ações para o cancelamento de Registro de Companhia Aberta, a Companhia passou a ser controlada pela Holdco I S.A. ("Holdco I"). Holdco I é controlada pela TEP Chile S.A. que possui 80,58% das ações votantes da Holdco I. A Companhia, através da sua controlada TLA, controla as empresas TAM Capital Inc. ("TAM Capital"), TAM Capital Inc. 2 ("TAM Capital 2"), TAM Capital Inc. 3 ("TAM Capital 3"), TAM Financial Services 1 Limited ("TAM Financial 1"), TAM Financial Services 2 Limited ("TAM Financial 2") e TAM Financial Services 3 Limited ("TAM Financial 3"), todas sediadas nas Ilhas Cayman, cujas atividades estão relacionadas com a captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves. Os recursos captados pelas subsidiárias são total e incondicionalmente garantidos pela TAM. TLA também é controladora da empresa Fidelidade Viagens e Turismo S.A. ("TAM Viagens"), que tem por objeto social o desenvolvimento exclusivo das atividades de agência de viagens e turismo. Em 1º de fevereiro de 2012, a Companhia constituiu a sociedade anônima TAM MRO - Manutenção Aeronáutica S.A. ("TAM MRO") que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção, reparos, consertos e restauração de aeronaves, motores, peças, acessórios e equipamentos próprios e de terceiros, civis ou militares. A TAM MRO não apresentou atividades operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Em 1º de novembro de 2013, a TAM adquiriu as ações da ABSA Linhas Brasileiras S.A. ("ABSA"), que tem como objeto social a exploração de serviços de transporte aéreo regulares de passageiros, cargas e malas postais, serviços auxiliares de transportes aéreos, monitoramento de cargas, despacho operacional de arrendamento mercantil e operacional e fretamento de aeronaves, prestação de serviços de manutenção e comercialização de partes e peças de aeronaves. A Companhia controla a TP Franchising Ltda. cujo objeto social é o desenvolvimento de franquias.

1.1. Incorporação da Pantanal Linhas Aéreas

A Companhia controlava desde o dia 15 de março de 2010 a Pantanal Linhas Aéreas S.A. ("Pantanal"), data em que a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") homologou a compra. Em 22 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a constituição da subsidiária denominada Corsair Participações S.A. ("Corsair") e em 27 de dezembro de 2011 aprovou a cisão da Pantanal, mediante a qual seriam transferidos para Corsair as responsabilidades sujeitas ao plano de pagamento no processo de recuperação fiscal. Os efeitos desta operação passaram a ser efetivos a partir de 28 de março de 2012.

Em 30 de novembro de 2012, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o protocolo e justificativa de incorporação da Pantanal pela controlada TLA. Em 26 de março de 2013, a ANAC concedeu autorização prévia para incorporação e em 23 de julho de 2013, houve o registro da ata de Assembleia Geral Extraordinária na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP). O reflexo dessa incorporação sobre as demonstrações financeiras da Companhia estão descritos na Nota 17 (a).

1.2. Aquisição da ABSA Linhas Brasileiras S.A.

Em 23 de outubro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de 2.707.135 ações preferenciais e 1.353.567 ações ordinárias de emissão da ABSA, correspondente a 100% do capital social desta companhia. Em 30 de outubro de 2013 e 1º de novembro de 2013 foram efetivadas as transferências de ações dos acionistas da ABSA para TAM. A partir de 1º de novembro de 2013, a ABSA passou a ser uma empresa controlada pela TAM S.A.. O valor da transação foi fixado em R\$ 4.061, correspondente a 100% do valor do capital social da ABSA em 31 de outubro de 2013. O valor do passivo a descoberto da ABSA na data da aquisição era de R\$ 52.208. O ágio apurado na aquisição foi de R\$ 56.269.

O total pago pela ações da ABSA foi de R\$ 4.061, sendo R\$ 1.083 aos acionistas minoritários, já liquidado, e R\$ 2.978 a Lan Cargo Overseas Limited, que está reconhecido como um contas a pagar em 31 de dezembro de 2013.

De acordo com o CPC 15/IFRS 3 (R) - Combinação de negócios, em seu parágrafo B.1 do apêndice B, uma combinação de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum é uma combinação de negócios em que todas as entidades ou negócios da combinação são controladas pela mesma parte ou partes, antes e depois da combinação de negócios, e esse controle não é transitório. Considerando que antes da aquisição, a ABSA era diretamente controlada pela Lan Cargo Overseas e indiretamente pela LATAM Airlines Group S.A., não houve alteração de controle. Desta forma, esta operação foi classificada como uma aquisição sob controle comum. Como consequência do exposto acima, a Companhia utilizou o balanço da adquirida a valor de livros para apuração do ágio da operação, reconhecendo a diferença do passivo a descoberto e o valor da compra (ágio na aquisição), no valor de R\$ 56.269, como ajuste de avaliação patrimonial, em seu patrimônio líquido.

Os saldos consolidados em 1º de novembro de 2013 foram:

	R\$ mil
Ativo	
Ativo circulante	
Caixa e equivalente de caixa	23.381
Ativos financeiros mensurados a valor justo pelo resultado	4.011
Contas a receber	58.893
Partes relacionadas	86.921
Adiantamento a fornecedores	1.477
Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar	31.583
Despesas antecipadas	239
Demais contas a receber	5.070
	211.575
Ativo não circulante	
Depósitos judiciais	11.751
Investimentos	831
Imobilizado	5.940
	18.522
Total do ativo	230.097

	R\$ mil	Localidade	Moeda funcional
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	44.696	Brasil	Real
Salário e encargos sociais	14.963	Brasil	Real
Impostos e tarifas a recolher	2.696	Ilhas Cayman	Real
Partes relacionadas	163.566	Ilhas Cayman	Real
	225.911	Ilhas Cayman	Real
Passivo não circulante			
Provisões	51.841	Ilhas Cayman	Real
Partes relacionadas	4.553	Ilhas Cayman	Real
	56.394	Brasil	Real
	282.305	Paraguai	Guarani
Total do passivo	282.305		
Passivo a descoberto			
Capital social	4.061	Brasil	Real
Prejuízos acumulados	(56.269)	Brasil	Real
	(52.208)	Brasil	Dólar
Total do passivo e passivo a descoberto	230.097		

1.3. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras da TAM e suas controladas (controladora e consolidado) foi aprovada pelo Conselho de Administração em 07 de abril de 2014.

2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vem sendo aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos não correntes disponíveis para venda e ativos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais políticas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da TAM foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs").

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da controladora. Desta forma, estas demonstrações financeiras diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação desses investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria pelo seu valor justo ou custo.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e conforme as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

(c) Mudanças nas normas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações contábeis vigendo a partir de 2013 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controle
Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a TAM controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a TAM e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição. O saldo dos resultados abrangentes e as participações de não controladores, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações, são atribuídos aos proprietários da Companhia. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pela Companhia. As transações, saldos e ganhos não realizados derivados de transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. As perdas não realizadas também são eliminadas, sendo, porém consideradas um indicador de redução do valor realizável (*impairment*) do ativo transferido. A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação dos não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação dos não controladores na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

(b) Transações e participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registradas diretamente no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia perde o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(d) Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*)

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em entidades controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia em entidades controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas de *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigação ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*. (Nota 15 (b)).

(e) Companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

	Data-base das demonstrações financeiras	Participação	Participação%
TLA	31.12.2013	Direta	100,00
TAM Viagens (i)	31.12.2013	Indireta	100,00
TAM Capital (i)	31.12.2013	Indireta	100,00
TAM Capital 2 (i)	31.12.2013	Indireta	100,00
TAM Capital 3 (i)	31.12.2013	Indireta	100,00
TAM Financial 1 (i)	31.12.2013	Indireta	100,00
TAM Financial 2 (i)	31.12.2013	Indireta	100,00
TAM Financial 3 (i)	31.12.2013	Indireta	100,00
Fundo Spiffire II (ii)	31.12.2013	Indireta	100,00
TP Franchising	31.12.2013	Direta	100,00
TAM Airlines	31.12.2013	Direta	94,98
Multiplus	31.12.2013	Direta	72,85
Prismah Fidelidade S.A. (<i>joint venture</</i>			

TAM S.A.

e TAM S.A. e Empresas controladas

CNPJ 01.832.635/0001-18



Demonstrações Financeiras 2013

Continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6.2. Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos desde que a Companhia tenha transferido, significativamente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Tais técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e a análise de fluxos de caixa descontados.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor justo é reportado no balanço patrimonial quando há o direito de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não houve compensação de instrumentos financeiros.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa estimados desse ativo.

Os critérios utilizados para determinar se há uma evidência objetiva de uma redução ao valor podem incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
 - Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
 - Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
 - Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.
- Dados observáveis indicando que há uma diminuição mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- As mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - As condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira
- O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. A Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente o valor de perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são subsequentemente remensurados ao valor justo. Os custos de transação são lançados como despesa à medida que são incorridos. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não correntes.

O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção. Múltiplos designa certos derivativos de proteção de risco de variação cambial altamente provável de venda prevista (*hedge* de fluxo de caixa).

Qualquer alteração no valor justo de instrumentos financeiros não designados como *hedge* para fins contábeis são imediatamente reconhecidos em resultados.

(a) Instrumentos financeiros derivativos celebrados pela TAM Linhas Aéreas

Os ativos TLA faça uso de derivativos para atenuar os efeitos econômicos das variações das taxas de câmbio e dos preços internacionais do petróleo, ela não aplica a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). As mudanças do valor justo de instrumentos financeiros são imediatamente lançadas contra o resultado. TLA não classifica nenhum instrumento derivativo como *hedge* de valor justo, *hedge* de investimento líquido ou *hedge* de fluxo de caixa.

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo de derivativos de combustível são apresentados separadamente na demonstração do resultado.

(b) Instrumentos financeiros derivativos celebrados pela Multiplus S.A.

Multiplus designa certos derivativos de proteção de risco de variação cambial provável de venda prevista (*hedge* de fluxo de caixa). Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são avaliados subsequentemente ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção (*hedge*) nos casos de adoção da contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). Multiplus adota a contabilidade de *hedge* e designa certos derivativos como *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

A necessidade da adoção da contabilidade de *hedge* leva em conta o fato de que o faturamento da Multiplus está parcialmente ligado ao dólar norte-americano e o reconhecimento da receita é feito em relação à curva de resgate de pontos, havendo um descasamento entre o momento do acúmulo (faturamento e reconhecimento da receita diferida) dos pontos e o seu efetivo resgate (reconhecimento da receita na demonstração do resultado). Desta forma, a contabilidade *hedge* tem como principal objetivo a compatibilização temporal entre o efeito das operações de *hedge* e sua contabilização, aproximando de forma expressiva o resultado contábil do resultado econômico. Adicionalmente, em uma relação de *hedge* altamente efetiva, espera-se minimizar o impacto da variação do valor justo dos derivativos na linha de resultados financeiros da Companhia.

Multiplus considera os fluxos de caixa oriundos de vendas futuras de pontos para instituições financeiras designadas para *hedge*, como operações altamente prováveis, e classifica os derivativos contratados para a cobertura dos riscos de variação cambial associados a estas vendas como *hedge* de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo ou passivo no balanço patrimonial e são mensurados ao valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos atribuído à parte efetiva da relação de cobertura é reconhecida em outros resultados abrangentes e a porção ineficaz e o valor do tempo, que não faz parte da relação de *hedge*, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. A parcela efetiva originalmente reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, somente serão liberados ou reconhecidos na demonstração do resultado quando o item coberto afetar a demonstração do resultado. Entretanto, quando um item coberto expira ou quando uma operação de cobertura deixa de cumprir os critérios para em que a transação prevista é em última instância reconhecida no resultado.

O ganho ou perda relacionado com a parcela ineficaz é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como receita financeira ou despesa financeira, respectivamente. Nenhuma porção significativa de ineficácia tem sido reconhecida na demonstração do resultado para os períodos apresentados. Múltiplos documentos, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de proteção e os itens protegidos, explicando o objetivo da gestão de risco e estratégia para a realização de operações de *hedge*. Multiplus também documenta tanto no início quanto na forma contínua, os cálculos e/ou avaliações demonstrando que as operações de *hedge* são altamente eficazes na redução do risco cambial associado aos itens protegidos.

O cálculo do valor justo dos derivativos é feito com base em metodologia amplamente aceita pelo mercado para a precificação de opções, notadamente o modelo de *Black-Scholes*, e o fluxo de caixa descontado para *swaps* e *forwards*. Os dados significativos incluídos no modelo foram:

- Preço do ativo-objeto
- Preço de exercício
- Volatilidade de preço do ativo-objeto
- Taxa de juros livre de risco
- Tempo de duração
- Taxa de juros em moeda estrangeira

Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação cambial na receita protegida.

O cálculo do valor justo é realizado por consultoria externa com o objetivo de obter dados através de fonte externa e isenta à Companhia, e utiliza como base de informação a cotação a BM&FBovespa e Banco Central do Brasil.

A Companhia não classifica nenhuma operação de derivativos como *hedge* de valor justo ou investimento líquido.

2.9. Contas a receber

As contas a receber são contabilmente reconhecidas pelo valor justo no momento inicial e posteriormente avaliadas ao custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva, menos provisão para perda na realização. Devido à natureza de curto prazo, a Companhia reconhece as contas a receber pelo montante original de venda. Uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa) é reconhecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os duvidosos originais das contas a receber.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores a receber vencidos por mais de 180 dias, exceto para casos de renegociação e saldos entre partes relacionadas. O total da provisão para perdas é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 7).

2.10. Estoques

Os estoques, que compreendem principalmente peças de reposição e materiais a serem usados nas atividades de manutenção e reposição, são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor de realização, líquido das provisões para reduzir o valor de itens obsoletos (Nota 8).

2.11. Ativos não circulantes disponíveis para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos disponíveis para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda (Nota 12).

2.12. Ativos intangíveis

(a) Softwares e projetos de tecnologia da informação

As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas como despesas quando incorridas. As despesas diretamente relacionadas aos *softwares* desenvolvidos internamente incluem materiais, custos incorridos com empresas de desenvolvimento de *software* e outros custos diretos. Eles são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que em geral não é superior a 5 anos.

(b) Outros ativos intangíveis

Incluem valores relativos a: (a) direito de uso de operação de aeroporto (*slots*) decorrente da aquisição da Pantanal em março de 2010 fundamentado na expectativa de rentabilidade de operar voos regulares a partir dos aeroportos objeto do direito adquirido, (b) aquisição da marca "TAM" ocorrida em julho de 2010 no contexto da aquisição da TAM Milor e (c) licenças e outros direitos contratuais adquiridos de terceiros, que são capitalizados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

O valor contábil dos intangíveis é analisado para verificar se há redução ao valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável, ou quando os ativos intangíveis ainda não começaram a ser usados e amortizados.

(c) Ágio

Ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio da aquisições de controladas é registrado como Ativo Intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas na alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio surge na aquisição de controladas e representa o excesso de consideração transferidos através da participação da Companhia no justo valor líquido dos ativos líquidos identificáveis, passivos e passivos contingentes da entidade adquirida e o valor justo da participação do não controlador na aquisição. Para efeitos de testes de *impairment*, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é imputado a cada UGCs, que se espera que beneficiem das sinergias da combinação. Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o *goodwill* é alocado representa o nível mais baixo dentro da entidade ao qual o *goodwill* é monitorado para finalidades de gestão interna. O ágio é monitorado no nível do segmento operacional.

O ágio é testado anualmente ou mais frequentemente se os acontecimentos ou encargos em circunstâncias indicam comprometimento potencial. O valor contábil do ágio é comparado ao valor recuperável, que é o valor mais elevado do valor de uso e justo menos os custos para vender. Qualquer deficiência é reconhecida imediatamente como um gasto e não é posteriormente revertida.

2.13. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes de *rotables*, são registrados pelo custo de aquisição ou construção, que incluem juros e demais encargos financeiros capitalizados. Dependendo da natureza do ativo e da época de sua aquisição, o custo refere-se ao custo histórico de aquisição, o custo atribuído ou o custo histórico de aquisição ajustados ao efeito de hiperinflação, nos anos em que a economia brasileira era considerada hiperinflacionária. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária até 1997.

Terrenos não estão sujeitos à depreciação. Cada um dos componentes do ativo que tiver um custo significante em relação ao total do ativo é depreciado separadamente. A depreciação é reconhecida com base na vida útil de cada ativo pelo método linear, de modo que o custo menos o valor residual após sua vida útil, esteja totalmente amortizado. A vida útil estimada, valores residuais e métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer alterações são contabilizados prospectivamente. A vida útil dos itens do imobilizado estão demonstrados na Nota 16. Os ativos adquiridos através de arrendamento financeiro, bem como *rotables* relacionados à motores e peças adquiridas são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil e o prazo estipulado no contrato de arrendamento.

Segundo a IAS 16 - "Imobilizado", a revisão de motores inclui os materiais aplicados (peças de reposição) e o custo do serviço que, por sua vez, são considerados como um componente separado e depreciados durante o período médio esperado para a próxima revisão completa (*overhaul*). Todas as partes de reposição e outros custos relacionados à manutenção dos equipamentos de voo, incluindo todos os montantes nos termos dos contratos de manutenção "power by the hour", são registrados na demonstração do resultado quando consumidos ou incorridos, respectivamente e estão descritas no item (b) desta nota.

Os juros incorridos identificáveis nos empréstimos diretamente atribuíveis aos ativos em construção incluindo os adiantamentos para a aquisição de novas aeronaves são capitalizados e incluídos nos custos desses ativos até a menor data entre o término da construção e a entrega da aeronave. O valor contábil dos ativos é revisado para verificação de possível perda no valor recuperável quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Quando ativos reavaliados são vendidos, o valor incluído na reserva de reavaliação é transferido para lucros acumulados.

(a) Pré-pagamento de aeronaves

Os adiantamentos realizados aos fabricantes para aquisição de aeronaves (*pre-delivery payments* - PDPs), nos termos de contratos de compra, são originalmente em dólares e reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor pago convertido à taxa de câmbio vigente na data do pagamento. Os custos de contratação de empréstimos, incluindo juros e diferenças cambiais aplicáveis, incorridos na construção de ativos qualificados, são capitalizados até o momento da entrega das aeronaves.

Na hipótese de a Companhia decidir não adquirir a aeronave, mas arrendá-la, e houver acordo com que os PDPs serão reembolsados à Companhia, tais valores serão reclassificados para "demais contas a receber" e trazidos ao valor presente esperado de reembolso à Companhia. Tal valor, se expresso em moeda estrangeira, é convertido à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras e a eventual diferença resultante é reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Manutenções de aeronaves e motores

Contratos de manutenção de motores suportam toda a natureza dos serviços de manutenção de motores. A base para determinar quando as despesas de manutenção são consideradas incorridas depende da atividade dos significativos de manutenção prestados:

- Contratos designados como *time and material*: contratos em que os valores são devidos aos prestadores da manutenção, e reconhecidos no demonstração do resultado, de acordo com as atividades de manutenção efetivamente realizadas. Os custos incorridos correspondem ao valor efetivo do tempo gasto em manutenção adicionado ao custo de materiais e componentes utilizados.

Contratos designados como *power-by-the-hour*: contratos em que valores determinados contratualmente são devidos ao prestador da manutenção com base em horas voadas e para o qual um passivo e uma despesa correspondente é reconhecida na demonstração do resultado pelas horas de voo dos equipamentos.

2.14. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.15. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Os fornecedores são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Na prática, devido à natureza de curto prazo da maioria dos fornecedores, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.16. Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos (incluindo empréstimos e *senior notes*) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o valor inicialmente reconhecido.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de não realizar a liquidação do passivo por no mínimo 12 meses após a data de balanço.

As debêntures não conversíveis e bônus seniores são registrados da mesma maneira que os empréstimos.

2.17. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que estiverem relacionados com itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço dos países em que as controladas da Companhia operam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem à interpretação e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente (Nota 22).

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Administração revisa anualmente essas projeções. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlada pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível período.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.18. Receita diferida

A conta de receita diferida abrange transportes a executar, contratos de serviços, ganhos em transações de *sale and leaseback* e outras receitas relacionadas ao Programa Fidelidade (Nota 19).

A receita decorrente do Programa Fidelidade é inicialmente mensurada pelo seu valor justo, em contrapartida as contas a receber e são reconhecidas ao resultado à medida que os pontos do programa são resgatados.

A conta transportes a executar é composta por bilhetes vendidos e ainda não utilizados. Esses valores são reconhecidos como receita quando o serviço é efetivamente prestado ou após oito meses contados da data da venda do bilhete.

2.19. Provisões

A Companhia reconhece provisões quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) resultante de eventos passados; (ii) é provável um desembolso de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões são apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correspondentes.

A obrigação somente deve ser reconhecida quando a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.20. Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa de participação dos lucros e certos indicadores operacionais. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(b) Remuneração baseada em ações

A Companhia opera dois tipos de plano de remuneração baseado em ações: (i) liquidado em dinheiro (*cash-settled*) que é operado pela controlada TLA e, (ii) liquidado em ações que é operado pela controlada Multiplus. Os detalhes sobre a determinação do justo valor destes planos estão descritos na Nota 26. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direito devem ser atendidas), reduzido pelo impacto de qualquer condição não relacionada ao mercado durante o período de carência (por exemplo, objetivos de lucratividade ou aumento de vendas). Essas condições não relacionadas ao mercado são incluídas nas premissas utilizadas para definição do número de opções esperadas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao passivo, prospectivamente.

(c) Planos de pensão

A Companhia opera ativos planos de contribuição definida. Uma vez que as contribuições são feitas, a Companhia não tem qualquer responsabilidade adicional de pagamento adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidos, e consequentemente, são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados.

2.21. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de efeitos tributários.

2.22. Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício. As demonstrações financeiras refletem os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia, equivalentes a 25% do lucro contábil e antecipações aprovadas pelo Conselho de Administração. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que sua distribuição é aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária ou Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.23. Arrendamentos

A classificação dos contratos de arrendamento é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios de propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos, no qual a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do contrato pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, desta forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas no passivo financeiro. O elemento de juros do custo do financiamento é debitado à demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento de modo a gerar uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de cada período. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelo prazo de vida útil do ativo ou pelo período contratual do arrendamento, dos dois o menor.

Quaisquer ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos e reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento e os ganhos e prejuízos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos operacionais são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado.

Os prejuízos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos na medida em que o bem objeto do *leaseback* não seja objeto de *impairment* e são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência e o arrendamento.

2.24. Receita

As receitas de transporte aéreo (passageiros e carga) são reconhecidas quando os serviços de transporte são prestados. A receita referente a bilhetes de passageiros vendidos, mas não utilizados (vendas antecipadas de bilhetes) são tratadas como receitas diferidas, classificadas no passivo circulante. A Companhia, a fim de alinhar suas políticas contábeis às da LATAM Airlines Group S.A. (controladora da TAM) alterou sua política de reconhecimento de receita relacionada aos bilhetes não voados, passando a reconhecer no oitavo mês ao invés de reconhecer após 12 meses da emissão do bilhete.

A controlada TLA patrocina programa de premiação para passageiros frequentes (Programa Fidelidade). Cujos pontos são acumulados ao utilizarem os voos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, bem como ao efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM ou utilizar serviços e produtos em estabelecimentos parceiros. Os pontos concedidos no Programa Fidelidade quando os passageiros utilizam voos TAM ou de companhias parceiras são reconhecidos como um componente separado e identificável da receita, com base no seu valor justo estimado. Esta receita é diferida na data em que o bilhete é vendido, sendo esta reconhecida no resultado do exercício, líquida dos pontos que considera que não serão resgatados, quando os pontos são resgatados e os passageiros transportados.

A partir de 1º de janeiro de 2010, a controlada TLA transferiu a administração do programa fidelidade para a controlada Multiplus. A partir de 1º de janeiro de 2010 os pontos passaram a ser emitidos pela Multiplus, que venderá os pontos para a TAM.

A receita de pontos vendidos pela Multiplus para terceiros é reconhecida na demonstração do resultado quando os pontos são resgatados por prêmios ou, no caso de pontos que se estima que não serão resgatados são reconhecidos no prazo de validade dos pontos de dois anos.

Outras receitas operacionais, representadas por taxas decorrentes de alterações de reservas de voo, sub-arrendamento de aeronaves, serviços de manutenção fornecidos a outras companhias aéreas e outros serviços, são reconhecidas quando o serviço é prestado.

2.25. Reconhecimento de custos e despesas operacionais

Os principais custos da Companhia estão relacionados aos pontos resgatados e ao combustível de aviação. As despesas operacionais incluem despesas com vendas, peças e administrativas, incluindo salários, encargos e benefícios, arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos, tarifas de decolagem, pouso e navegação, vendas e *marketing* e outras (Nota 28).

2.26. Reconhecimento da receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e as taxas efetivas ao longo do período até o vencimento ou o encerramento do exercício.

2.27. Reconhecimento de receitas de bilhetes-prêmio emitidos mas ainda não voados

A Companhia, através de sua controlada Multiplus, oferece aos participantes do programa de fidelidade Multiplus a possibilidade de trocar bilhetes aéreos por pontos que são acumulados através do programa de fidelidade Multiplus. Os participantes do programa Multiplus podem acumular pontos de diferentes maneiras e trocar seus pontos por diversos prêmios, inclusive por bilhetes aéreos. Uma parcela significativa de pontos resgatados pelos participantes do programa de fidelidade Multiplus é trocada por bilhetes aéreos, que são comprados da TLA pela Multiplus. A obrigação da TLA em prestar serviços aos portadores de bilhetes-prêmio (comprados pela Multiplus da TLA e concedidos aos participantes do programa de fidelidade Multiplus) cessa apenas quando os serviços de transporte aéreo são fornecidos.

A interpretação do CPC 30/IAS 18 - Receita identificada como "Programas de Fidelidade" - considera que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em relação à transação é alocada entre os créditos de prêmio (pontos) e os outros componentes da venda e a receita atribuída aos créditos de prêmio será reconhecida apenas quando os créditos de prêmio forem resgatados e a companhia cumprir suas obrigações de fornecer os prêmios. Considerando que, em bases consolidadas, o prêmio representado por



TAM S.A.

e TAM S.A. e Empresas controladas

CNPJ 01.832.635/0001-18



Continuação

Demonstrações Financeiras 2013

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Risco relacionado à variação no preço do combustível
Um dos mais importantes riscos financeiros das empresas aéreas é a volatilidade do preço do combustível. O preço do QAV está atrelado à variação da cotação de petróleo no mercado internacional. A política e limites de exposição são revisados frequentemente pelo Comitê de Finanças e pelo Board da LATAM.

O combustível de aviação consumido no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 representou respectivamente 35,0% e 38,7% dos custos e despesas operacionais da Companhia (Nota 28).

(a.1) Derivativos em circulação:

(i) TAM Linhas Aéreas

O percentual de cobertura antecipada dos instrumentos financeiros derivativos para os próximos 12 meses e o valor médio dos contratos de derivativos em aberto é apresentado a seguir:

	2013	2012
% de cobertura antecipada para os próximos 12 meses	0 %	15 %
Valor médio dos contratos derivativos em circulação	US\$ 0	US\$ 101/bbl
Valor de Mercado do WTI no período	US\$ 99/bbl	US\$ 92/bbl

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos em aberto, uma vez que os mesmos são contratados pela tesouraria corporativa da LATAM.

Os vencimentos dos instrumentos derivativos com o respectivo *notional* e valor justo são apresentados a seguir:

	2013	2014	2015	Total
--	------	------	------	-------

Em 31 de dezembro de 2013

Valor *notional* - milhares de barris
Valor justo, líquido - R\$ mil

Em 31 de dezembro de 2012

Valor *notional* - milhares de barris
Valor justo, líquido - R\$ mil

(b) Risco de taxa de câmbio

(b.1) TAM Linhas Aéreas

Uma parcela significativa dos custos e despesas operacionais, como serviços de manutenção de aeronaves e motores, pagamentos de arrendamento de aeronaves e seguro de aeronaves é transacionada em dólares. A Companhia tem exposição significativa à moeda estrangeira (principalmente denominado em dólar americano). O total exposto à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012, de ativos e passivos é apresentado nas notas explicativas correspondentes.

A Companhia pode celebrar contratos de derivativos para se proteger contra uma possível apreciação ou depreciação do real frente ao dólar americano. A Companhia em 31 de dezembro de 2012 possuía operações de *Collar* com seu respectivo *notional* de R\$ 30.000. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não possui operações de proteção cambial.

(b.2) Multiplus S.A.

Multiplus está exposta a risco cambial em decorrência de suas atividades comerciais normais, visto que a maior parte dos contratos de venda de pontos com as instituições financeiras são referenciados em dólares americanos. As variações na taxa de câmbio R\$/US\$ podem afetar o seu fluxo de caixa e faturamentos futuros e resultado (pelo reconhecimento da receita se dar no momento do resgate de pontos). O risco a que a Companhia está exposta, pode ser caracterizado como a possibilidade de um fluxo de caixa futuro inferior ao projetado devido a uma eventual flutuação na taxa de câmbio R\$/US\$. Em 31 de dezembro de 2013, se o real tivesse variado em torno de 10% em relação ao dólar norte-americano, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o resultado financeiro teria uma variação, para mais ou para menos de R\$ 3.335/R\$ 3.870 (2012 - 44.507/R\$ 57.106), principalmente em decorrência de ganhos/perdas cambiais na conversão das operações de *hedge*.

A tabela a seguir apresenta o respectivo *notional* e o valor justo dos derivativos em aberto por vencimento. A data de vencimento do derivativo é também a data em que a venda altamente provável de pontos deverá ser faturada. A venda altamente provável de pontos deverá ser reconhecida no resultado depois de faturada e a administração espera que o reconhecimento no resultado, ocorra em média, em até seis meses após o faturamento:

	2014	2015	Total
--	------	------	-------

Em 31 de dezembro de 2013

Valor *notional* - US\$
Valor justo - R\$

Em 31 de dezembro de 2012

Valor *notional* - US\$
Valor justo - R\$

(c) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são afetados por variações nas taxas de juros devido ao impacto de tais variações sobre a despesa de juros incidentes sobre instrumentos de dívida a taxas variáveis, contratos de arrendamento a taxas variáveis e receita de juros gerada pelos saldos de caixa e aplicações de curto prazo. Para minimizar os possíveis impactos de flutuações das taxas de juros, a Companhia adotou uma política de diversificação, efetuando contratações de operações tanto em taxas fixas quanto em variáveis como LIBOR - *London Interbank Offered Rate* e CDI - Certificado de Depósito Interbancário. A Companhia não possui instrumentos financeiros para proteção do fluxo de caixa contra variações nas taxas de juros.

(d) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia deve apresentar uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstre o impacto da variação das cotações dos instrumentos financeiros sobre o resultado e o patrimônio líquido da Companhia, considerando os seguintes elementos:

- Aumento e queda de 10% no preço do combustível, mantendo-se constante as demais variáveis;
- Aumento e queda de 10% na taxa de câmbio do dólar, mantendo-se constante as demais variáveis; e
- Aumento e queda de um ponto percentual na taxa de juros, mantendo-se constante as demais variáveis.

TAM Linhas Aéreas

Preço do combustível:

Em 31 de dezembro de 2012, se o preço do WTI tivesse variado em torno de 10%, mantendo todas as demais variáveis constantes, o valor justo dos derivativos de WTI apresentaria um aumento/diminuição de aproximadamente US\$ 17 milhões/US\$ 20,3 milhões, equivalente a R\$ 34,6 milhões/R\$ 41,2 milhões. Tal aumento/diminuição afetaria diretamente os resultados financeiros da Companhia. Em termos de fluxo de caixa, contudo, essas variações no preço de WTI seriam compensadas por uma diminuição/aumento dos custos com combustível de aviação da Companhia e somente se concretizariam econômica e financeiramente nos seus respectivos vencimentos, distribuídos ao longo dos anos de 2013 a 2014. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía instrumentos derivativos para proteção do preço do WTI.

Taxa de câmbio - Dólar:

Em 31 de dezembro de 2013, se o real tivesse variado 10% em relação ao dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o resultado financeiro teria uma variação para menos ou para mais de aproximadamente R\$ 463 milhões/R\$ 463 milhões (2012 - R\$ 829 milhões/R\$ 829 milhões), essencialmente em resultado de ganhos/perdas cambiais na conversão de contas a receber de clientes e empréstimos e financiamentos, e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado denominado em dólar americano.

Taxa de juros - LIBOR e CDI:

Em 31 de dezembro de 2013 se houvesse um aumento de um ponto percentual nas taxas de juros de mercado externo (LIBOR), isto causaria um aumento da despesa de arrendamento financeiro e despesa de juros de aproximadamente US\$ 16.655 equivalente a R\$ 39.017 (2012 - US\$ 19.698, equivalente a R\$ 40.253).

Em 31 de dezembro de 2013, se houvesse uma variação para mais ou para menos em um ponto percentual nas taxas de juros de mercado doméstico (CDI), causaria um aumento/diminuição da despesa de juros dos financiamentos e empréstimos, de aproximadamente R\$ 4.507 (2012 - R\$ 4.510).

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco a qual a Companhia está exposta decorre da possibilidade de não recuperar os valores a receber por serviços prestados a consumidores e/ou agências de viagens ou em aplicações financeiras em títulos de emissão privada. Para reduzir o risco de crédito presente nas operações comerciais, a Companhia e suas controladas adotam a prática de definir limites de crédito e fazer o acompanhamento constante dos saldos devedores, principalmente de agência de viagens.

A Companhia e suas controladas possuem transações somente com instituições financeiras cuja classificação de crédito atribuída por *Standard & Poor's*, *Moodys* e ou *Fitch* seja no mínimo BBB- ou equivalente. Ademais, cada instituição tem um limite máximo de exposição para investimentos, como determinado pelo Comitê de Riscos.

Atualmente, a administração não espera perdas, além daquelas já provisionadas, devidas à inadimplência de suas contrapartes e não tem (excetuando-se as operadoras de cartões de crédito) exposição significativa, a nenhuma contraparte isoladamente.

4.1.3. Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica na manutenção de caixa e títulos negociáveis suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O caixa excedente é investido principalmente nos fundos de investimento restrito da Companhia. Cada um desses fundos tem uma política clara de investimentos, com limites à concentração de risco.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia por grupos de vencimento com base no período remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados e incluem juros, exceto dos derivativos, cujo valor justo é divulgado.

As garantias financeiras representam as garantias de passivos de controladas e são os valores máximos. Não é esperada nenhuma perda com essas garantias.

Não há passivos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2013.

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Valor Contábil

Em 31 de dezembro de 2012

Derivativo de combustível
Derivativo de câmbio

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos

Passivos financeiros não derivativos

Em 31 de dezembro de 2013

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Efeito do desconto	Valor Contábil
Obrigações por arrendamento financeiro	757.122	636.563	1.453.323	1.352.425	4.199.433	(284.565)	3.914.868
Bônus seniores	256.659	207.188	1.268.244	2.213.910	3.946.001	(1.351.095)	2.594.906
Empréstimos	1.206.026	1.670	4.638	4.767	1.217.101	(48.729)	1.168.372
Programa de recuperação fiscal	43.312	47.206	168.641	483.325	742.484	(294.874)	447.610
Fornecedores	944.079	-	-	-	944.079	-	944.079
Em 31 de dezembro de 2012	857.336	1.493.167	1.725.228	1.659.013	5.734.744	(561.120)	5.173.624
Obrigações por arrendamento financeiro	184.879	369.756	1.102.170	1.931.239	3.588.044	(1.328.596)	2.259.448
Bônus seniores	1.009.494	4.377	4.047	4.125	1.022.043	(54.372)	967.671
Debêntures	623.851	-	-	-	623.851	(107.901)	515.950
Programa de recuperação fiscal	44.525	88.965	157.458	411.311	702.259	(239.867)	462.392
Fornecedores	840.872	-	-	-	840.872	-	840.872

4.2. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

A administração do capital é feita por meio de índice de alavancagem. Este índice é calculado dividindo o endividamento líquido da Companhia pelo capital total. O endividamento líquido é definido como o total de empréstimos, debêntures e contratos de arrendamento (financeiro e operacional), líquido de caixa e equivalente de caixa e outros ativos financeiros de curto prazo. O capital total é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas acrescido do endividamento líquido.

O capital não é administrado na controladora, somente no consolidado.

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente.

Definimos capital total como o total do patrimônio líquido e dívida líquida conforme definido abaixo:

	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(688.500)	(654.553)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(1.526.697)	(897.428)
Ativos mantidos até o vencimento	1.168.372	(150.426)
Empréstimos (Nota 18.3)	2.594.906	2.259.448
Debêntures e bônus seniores	1.549.051	1.383.148
Arrendamento operacional (Nota 32 (a))	3.914.868	5.173.624
Arrendamento financeiro (Nota 18.1)	7.012.000	8.597.434
Dívida líquida (1)	1.195.196	(900.610)
Patrimônio líquido total	8.207.196	7.696.824
Capital total (2)	85,44 %	111,70 %

O índice de alavancagem da Companhia diminuiu em 23,5% quando comparado com o exercício de 2012 devido a (i) liquidação das debêntures ocorrida em 21 de novembro de 2013, (ii) diminuição dos arrendamentos financeiros (aeronaves que foram transpassadas para a controladora LATAM), (iii) aumento no número de aeronaves classificadas como arrendamento operacional e (iv) crescimento do patrimônio líquido decorrente dos aumentos de capital ocorridos em junho e setembro de 2013 (Nota 23).

A Administração entende que não existe incerteza quanto à capacidade de continuidade da Companhia, uma vez que existem sólidas estratégias sendo implementadas no que diz respeito tanto a melhoria de rentabilidade como redução de riscos a que a Companhia está exposta.

4.3. Estimativa do valor justo

A Companhia e suas controladas devem classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

- Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2013.

(a) Controladora

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo:

	2013		
	Nível 1	Nível 2	Total

Ativos financeiros mensurados ao valor justo

Títulos públicos (1)
Títulos privados (1)
Outros depósitos (3)

	2012		
	Nível 1	Nível 2	Total

Ativos financeiros mensurados ao valor justo

Títulos públicos (1)
Títulos privados (1)
Outros depósitos (3)

	2013		
	Nível 1	Nível 2	Total

(b) Consolidado

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados pelo valor justo:

	2013	
	Nível 1	Nível 2

Ativos financeiros mensurados ao valor justo

Em moeda local

Fundo de investimento restrito (1)	903.543	543.834	1.447.377
Certificados de Depósito Bancário - CDB (2)	-	5.561	5.561
Outros	-	7.741	7.741
903.543	557.136	1.460.679	

Em moeda estrangeira

Outros depósitos (2)	-	66.018	66.018
903.543	623.154	1.526.697	

Derivativos de passivos financeiros

Derivativo câmbio (3)	-	3.870	3.870
3.870	3.870	3.870	

Ativos financeiros mensurados ao valor justo

Em moeda local

Fundo de investimento restrito (1)	474.714	288.335	763.049
Certificados de Depósito Bancário - CDB (2)	-	15.748	15.748
Outros	-	1.633	1.633
474.714	305.716	780.430	

Em moeda estrangeira

Outros depósitos (2)	-	116.998	116.998
474.714	422.714	897.428	

Ativos financeiros derivativos

Derivativo combustível - WTI (3)	-	5.406	5.406
Derivativo câmbio (3)	-	195	195
5.601	5.601	5.601	

Derivativos de passivos financeiros

Derivativo combustível - WTI (3)	-	30.725	30.725
Derivativo câmbio (3)	-	31.314	31.314
62.039	62.039	62.039	

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência entre avaliações de valor justo entre os níveis de hierarquia. A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- (1) Refere-se a aplicações em títulos públicos do Governo Brasileiro de alta liquidez que têm seus preços disponíveis e baseados em transações efetivas em mercado organizado e títulos privados que normalmente são a títulos de dívida para os quais o valor justo é determinado com base em transações efetivas em mercado organizado (quando há liquidez) ou em fluxo de caixa descontado, com base nas curvas de juros vigentes, quando não se observam transações efetivas.
- (2) Certificados de depósito e outros depósitos - valor justo determinado com base nas curvas de juros vigentes e em emissões recentes similares.
- (3) Instrumentos financeiros derivativos - usualmente, esses contratos não são negociados em mercado organizado, sendo contratos de mercado de balcão (*over-the-counter*). A Companhia estima o valor justo usando técnicas, tais como *Black & Scholes*, *Garman & Kohlhagen*, Monte Carlo ou mesmo modelos de fluxo de caixa descontado, usados no mercado financeiro, dependendo da natureza do derivativo. Todos os modelos usados são amplamente aceitos no mercado e refletem os termos contratuais do derivativo. Esses modelos não contêm um elevado grau de subjetividade, uma vez que as metodologias utilizadas nos modelos não admitem arbitrariedade, e todas as informações para o modelo são facilmente observáveis nos mercados organizados.

As aplicações financeiras em sua totalidade são mensuradas ao valor justo por meio do resultado e mantidos para negociação (*trading*). A gestão das aplicações financeiras no mercado doméstico é feita, majoritariamente, via fundos de investimento restrito. Esta estrutura segue alto nível de transparência e governança corporativa. A custódia dos títulos e quotas e a administração dos fundos são feitas por uma instituição independente dos gestores. Os mandatos e regulamentos são consistentes dentro de cada modalidade de gestão e possuem limites e formas de mensuração claras para risco de mercado, crédito e liquidez. A rentabilidade média desses fundos foi de 7,65 % em 31 de dezembro de 2013 (2012 - 8,74%).

As aplicações em mercados internacionais consistem basicamente em depósitos a prazo, notas e operações *overnight* em dólar americano, todas com bancos de primeira linha com os quais a Companhia se relaciona comercialmente. Essas aplicações tiveram rentabilidade média de 0,15 % em 31 de dezembro de 2013 (2012 - 0,65%).

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora	
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado

Caixa e equivalentes de caixa	251	-	251
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	5.105	5.105
Em 31 de dezembro de 2013	251	5.105	5.356

	Controladora	
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado

Passivos conforme balanço patrimonial	-	-	-
Fornecedores	-	3.393	3.393
Em 31 de dezembro de 2013	-	3.393	3.393

	Controladora	
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado

Caixa e equivalentes de caixa	150	-	150
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	5.289	5.289
Em 31 de dezembro de 2012			



TAM S.A.

e TAM S.A. e Empresas controladas

CNPJ 01.832.635/0001-18



Demonstrações Financeiras 2013

Continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A variação no saldo do contas a receber ocorreu principalmente pela mudança no padrão de compras dos clientes e sazonalidade do período. As contas a receber de clientes são mantidas nas seguintes moedas:

	2013	2012
Reais	1.823.948	1.150.413
Dólares americanos	212.364	288.379
Euros	12.366	141.475
Libras esterlinas	34.943	9.321
Outras moedas	302.246	108.263
	2.385.867	1.697.851

(a) Composição do saldo por vencimento

	2013	%	2012	%
A vencer	1.960.956	82,2	1.464.206	86,3
Vencidos				
até 60 dias	185.142	7,8	54.882	3,2
de 61 a 90 dias	38.168	1,6	8.113	0,5
de 91 a 180 dias	50.372	2,1	17.668	1,0
de 181 a 360 dias	29.566	1,2	52.632	3,1
há mais de 360 dias	121.663	5,1	100.350	5,9
	2.385.867	100,0	1.697.851	100,0

(b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2013	2012
Saldo no início do exercício	105.374	105.714
Constituição de provisão	19.003	6.014
Recuperação de créditos provisionados	(14.338)	(6.354)
Saldo ao final do exercício	110.039	105.374

A constituição da provisão e a recuperação de créditos provisionados foram incluídas em "despesas com vendas" na demonstração do resultado. A exposição máxima ao risco de crédito na data do relatório é o valor contábil de cada tipo de recebível mencionado acima. Baseado nos tipos de contas a receber e o risco vinculado, a administração entende que existe somente uma classe de contas a receber.

8. ESTOQUES

	2013	2012
Peças e materiais para manutenção e reparos	272.149	222.390
Outros estoques (*)	86.289	40.029
	358.438	262.419

(*) Outros estoques inclui uniformes, material de papelaria, itens de alimentação e outros estoques.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2013	2012
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	82.566	40.258
Tributos a recuperar	37.532	38.597
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	34.176	43.375
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	7.191	8.394
Outros	161.465	130.624
	(15.944)	(15.944)
Provisão para perda - ICMS	161.465	114.680

10. PARTES RELACIONADAS

	2013	2012
(a) Saldos		
TAM Linhas Aéreas		
Ativo circulante		
Mútuo TLA (*)	4.002	-
Ativo não circulante		
Mútuos com empresas ligadas	182	182
Dividendos a receber	15.226	15.226
	19.410	15.408
Passivo circulante		
Mútuo TLA (*)	637	1.410
Multipius S.A.	78	-
Passivo não circulante		
Lan Cargo Overseas Limited	2.978	-
Mútuo - TLA	196.617	-
	200.310	1.410

Ativo circulante

	2013	2012
Contas a receber		
TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.	32	29
LATAM Airlines Group S.A.	691.011	1.282
Lan Cargo S.A.	307.075	2.291
ABSA	753	64.971
Transporte Aereo S.A.	8	-
Lan Argentina S.A.	5.103	1.807
Linhas Aéreas Cargas	29.262	-
Connecta Corporation	45.186	-
Lan Peru S.A.	3.965	-
Aerotransp. Mas de Carga S.A. De C.V. ("Mas Air")	7.387	40
Linhas Aéreas Nacionais	451	-
TAM Airlines	111	-
Aires S.A.	1.751	-
LAN Cargo Repair Station LLC	24	-
Prime Airport Services Inc.	44	-
HGA Rampas del Ecuador	145	-
Lineas Aéreas de Ecuador S.A.	-	26
Andes Airport Services S.A.	-	110
Prismah Fidelidade S.A.	341	1.220
Made in Everywhere Repr Com Distr Ltda	5	4
	1.092.654	71.780

Mútuos com empresas ligadas - LATAM Airlines Group S.A.	2.663.425	70.715
Mas Investment Ltd	(858)	-
	2.662.567	70.715
	3.755.221	142.495

Passivo circulante

	2013	2012
Fornecedores		
LATAM Airlines Group S.A.	662.044	23.214
ABSA	-	12.996
Lan Cargo S.A.	291.502	-
Transporte Aéreo S.A.	38	19
Lan Argentina S.A.	167.991	56.019
Linhas Aéreas Cargas	61.846	-
Connecta Corporation	43.695	-
Lan Peru S.A.	5.411	1.192
Aerotransp. Mas de Carga S.A. De C.V. ("Mas Air")	6.859	-
Linhas Aéreas Nacionais	1.521	-
TAM Airlines	640	-
Andes Airport Services S.A.	529	-
Aires S.A.	4.047	210
Lan cargo Repair Station	7.734	-
Prime Airport Services Inc.	364	-
HGA Rampas del Ecuador	386	-
HGA Rampas y Servicios Aeroportuarios GY	21	-
ABSA	1	-
TAM Airlines	2	-
Contas a pagar		
Made in Everywhere Repr Com Distr Ltda.	-	51
	1.254.631	93.701

Passivo não circulante

Contas a pagar		
Mas Investment Ltd	2.538	-
LAN Cargo Overseas Limited	2.978	-
TAM Mercosur	584	-
	6.100	-

(*) Com a incorporação da Pantanal pela TLA em junho de 2013, TAM assumiu a obrigação líquida que a Pantanal possuía com a TLA.

(b) Transações

	2013	2012
Resultado		
Arrendamento		
LATAM Airlines Group S.A.	166.787	25.914
ABSA	176.009	7.332
TAM Airlines	6.127	-
Líquido de compras e vendas de espaço de cargas		
LATAM Airlines Group S.A.	76.865	5.577
ABSA	(122.862)	(3.072)
Lan Cargo S.A.	11.969	-

Resultado financeiro

	2013	2012
Mútuos com empresas ligadas		
LATAM Airlines Group S.A.	(5.799)	(2.424)
Lan Cargo S.A.	1.470	1
ABSA	7.998	24
Transportes Aéreos	(3)	154
Lan Argentina S.A.	(3.509)	-
Lan Peru S.A.	(287)	-
Andes Airport Services S.A.	61	-
Aires S.A.	(89)	-
Aerotransp. Mas de Carga S.A. De C.V. ("Mas Air")	3	-
Lineas Aereas Nacionales	3	-
Lan Cargo Repair Station	6	-

(*) Valores negativos correspondem a despesa e valores positivos correspondem a receita.

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração, presidente, vice-presidentes e diretores estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Salários	4.489	20.907
Honorários do Conselho de Administração	264	1.464
Remuneração baseada em ações	1.094	-
	5.847	22.371

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	2013	2012
Ativo		
Derivativos de petróleo bruto - West Texas Intermediate	-	5.406
Collar	-	5.406
Futuros de moeda estrangeira	-	195
Collar	-	5.601
Circulante	-	(3.315)
Não circulante	-	2.286
Passivo		
Derivativos de petróleo bruto - West Texas Intermediate	-	18.391
Forward	-	12.334
Collar	-	30.725

	2013	2012
Futuros de moeda estrangeira	-	-
Collar	3.870	31.314
	3.870	31.314
	3.870	62.038
	(3.870)	(48.772)
	-	13.267

(a) Distribuição do valor justo por classificação de crédito das contrapartes

A distribuição do valor justo por classificação de crédito das contrapartes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é apresentada a seguir:

	2013			2012		
	TLA	Multipius	Total	TLA	Multipius	Total
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard&Poor's, Moody's ou Fitch)						
AA+, AA ou AA-	(1.821)	(1.821)	(25.319)	(4.538)	(29.857)	(29.857)
Over-the-counter	(2.049)	(2.049)	-	(26.582)	(26.582)	(26.582)
BBB ou -BBB*	(3.870)	(3.870)	(25.319)	(31.120)	(56.439)	(56.439)
Derivativo de combustível ativo - WTI	-	-	5.406	-	-	5.406
Derivativo de combustível passivo - WTI	-	-	(30.725)	-	-	(30.725)
Derivativo de combustível, líquido - WTI	-	-	(25.319)	-	-	(25.319)
Derivativo de câmbio ativo	(3.870)	(3.870)	-	194	194	194
Derivativo de câmbio passivo	(3.870)	(3.870)	-	(31.314)	(31.314)	(31.314)
Derivativo de câmbio, líquido	(3.870)	(3.870)	-	(31.120)	(31.120)	(31.120)
	(3.870)	(3.870)	(25.319)	(31.120)	(56.439)	(56.439)

	2013	2012
Efeito no patrimônio líquido		
Ajuste de avaliação patrimonial		
Hedge de fluxo de caixa	(6.780)	(6.780)
Hedge de fluxo de caixa - realizado pelo resultado	(13.612)	(13.612)
Imposto de renda e contribuição social diferidos efetivo	6.934	6.934
	(13.458)	(13.458)

(*) Os ratings são expressos na escala global e nacional. Cada agência possui uma maneira ligeiramente diferente de apresentar o rating. A tabela acima unifica as apresentações naquela que é, possivelmente, a mais difundida. O valor justo total de um instrumento derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se for inferior a 12 meses.

Os ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo são segregados entre valor intrínseco e valor temporal. O valor intrínseco corresponde à parcela efetiva do hedge de fluxo de caixa e tem seu registro inicial em conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, sendo reconhecido no resultado no momento em que a operação protegida se tornou realizada e ponderando a velocidade do resgate de pontos objeto do hedge. O valor temporal corresponde à parcela não efetiva do hedge de fluxo de caixa e tem seu reconhecimento em conta específica no resultado financeiro da Companhia (Nota 30).

A Companhia acompanha a concentração de instrumentos financeiros em uma única contraparte. Políticas internas exigem a comunicação de concentrações excessivas ao Comitê de Riscos Financeiros. A concentração de notional de derivativos de câmbio estão concentrados em três contrapartes, com rating BBB e -BBB. A Companhia considera esse risco de concentração aceitável. Os respectivos notional e valores justos dos derivativos em aberto por vencimento estão descrito na Nota 4.1.1.

12. ATIVOS NÃO CIRCULANTES DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo apresentado em ativo não circulante disponível para venda, em 2013, corresponde a aeronaves, motores e peças sobressalentes adquiridos através da compra da Pantanal e de componentes de aeronaves reconhecidos na TLA que estão em negociação. Esses componentes foram registrados como ativos não circulantes separados dos outros ativos não circulantes, uma vez que (i) a realização da venda é praticamente certa; (ii) a Administração está comprometida com o plano de venda desses ativos; (iii) espera-se que a venda seja concretizada num período de 12 meses após 31 de dezembro de 2013 e (iv) os ativos estão disponíveis para venda em sua condição atual. Os ativos registrados nesse grupo são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de ativos não circulante disponíveis para venda era de R\$ 4.151 (2012 - R\$ 18.221).

13. DEPÓSITOS EM GARANTIA

Os depósitos e cauções relativos aos contratos de arrendamento de aeronaves e motores são atualizados com base na variação do dólar ("US\$"), acrescidos de juros que podem variar até a taxa London Interbank Offered Rate ("LIBOR") mais juros de 1% ao ano. Os prazos para resgate dos depósitos e cauções são definidos nos contratos de arrendamento.

	2013	2012
Depósitos em garantia	122.787	82.287
Circulante	(47.193)	(47.210)
Não circulante	75.594	35.077

14. PRÉ-PAGAMENTOS DE MANUTENÇÕES

Os pré-pagamentos de manutenção são garantias ao proprietário das aeronaves e motores arrendados de que, ao recebê-lo, poderão restaurá-los a sua condição original. Alguns contratos de arrendamento de aeronaves exigem depósitos antecipados em uma conta restrita em favor do arrendador por conta das manutenções. Os saques desta conta podem ser efetuados pelo arrendador se a manutenção requerida das aeronaves e motores não for efetuada quando da sua devolução. Devido ao fato da TLA efetuar a manutenção das aeronaves ou de seus itens integrantes, tais como: casco, trem de pouso dentre outros, a TLA poderá solicitar ao arrendador a devolução da quantia correspondente.

	2013	2012
Pré-pagamento de manutenção	539.388	557.563
Circulante	(357.943)	(256.557)
Não circulante	181.445	301.006

15. INVESTIMENTOS

(a) Controladora

(i) Composição dos saldos

	2013	2012
Participação em empresas controladas	1.103.073	157.571
Provisão para perda com investimentos	-	(1.214.007)
	1.103.073	(1.056.436)

(ii) Movimentação dos investimentos diretos

	TLA	TAM Airlines	TP Participações	Multipius	Pantanal	Corsair	ABSA	Total
Em 31 de dezembro de 2012	(1.177.925)	48.623	(307)	108.757	(35.775)	191	-	(1.056.436)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	3.695.717	-	-	-	-	-	140.000	3.835.717
Ganho de capital na alienação de participação societária - Multipius	-	-	-	419	-	-	-	419
Redução do capital pela incorporação da Pantanal Linhas Aéreas	(68.174)	-	-	-	-	-	-	(68.174)
Aquisição de investimento ABSA	-	-	-	-	-	(52.208)	-	(52.208)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.653.285)	29.634	1.129	169.115	1.912	7.412	-	(1.444.063)
Incorporação Pantanal Linhas Aéreas	-	-	-	-	33.863	-	-	33.863
Hedge accounting (líquido dos impostos)	-	-	-	17.616	-	-	-	17.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Equipamentos de voo (I)	Terrenos e edifícios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Imobilizações em andamento	Pré-pagamentos de aeronaves (II)	Outros (III)	Total
Custo total	11.889.431	271.316	180.603	156.698	17.560	930.396	253.096	13.699.100
Depreciação acumulada	(4.123.314)	(58.341)	(153.940)	(91.544)	-	-	(139.677)	(4.566.816)
Em 31 de dezembro de 2012	7.766.117	212.975	26.663	65.154	17.560	930.396	113.419	9.132.284
Aquisição ABSA - custo	1.162	4.036	1.807	1.270	-	-	4.946	13.221
Aquisição ABSA - Depreciação Acumulada	(518)	(2.207)	(780)	(637)	-	-	(3.139)	(7.281)
Reembolso de pré-pagamento de aeronaves (iv)	-	-	-	-	-	(447.823)	-	(447.823)
Aquisições	242.036	737	22.879	8.021	7.686	162.446	34.708	478.513
Transferência	42.024	8.781	-	4.440	(12.699)	(44.361)	1.815	-
Alienações/baixas (vi)	(1.885.496)	(984)	(500)	(89)	-	-	(311)	(1.887.381)
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	41.534	-	41.534
Depreciação	(550.118)	(7.464)	(12.842)	(11.336)	-	-	(19.820)	(601.580)
Em 31 de dezembro de 2013	5.615.207	215.874	37.227	66.823	12.547	642.192	131.617	6.721.487
Custo total	10.285.239	283.886	204.789	170.340	12.547	642.192	294.253	11.893.246
Depreciação acumulada	(4.670.032)	(68.012)	(167.562)	(103.517)	-	-	(162.636)	(5.171.759)
Em 31 de dezembro de 2013	5.615.207	215.874	37.227	66.823	12.547	642.192	131.617	6.721.487

	Consolidado							
	Equipamentos de voo (I)	Terrenos e edifícios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Imobilizações em andamento	Pré-pagamentos de aeronaves (II)	Outros (III)	Total
Custo total	11.308.543	260.768	175.787	141.501	33.661	832.350	217.151	12.969.761
Depreciação acumulada	(3.491.950)	(51.059)	(137.553)	(80.983)	-	-	(121.297)	(3.882.842)
Em 31 de dezembro de 2011	7.816.593	209.709	38.234	60.518	33.661	832.350	95.854	9.086.919
Reembolso de pré-pagamento de aeronaves (iv)	-	-	-	-	-	(450.987)	-	(450.987)
Aquisições	1.058.105	755	5.961	14.653	13.152	541.077	22.363	1.656.066
Transferência (v)	20.911	15.739	(150)	1.307	(29.253)	(21.002)	14.911	2.463
Alienações/baixas (vi)	(498.128)	(5.946)	(994)	(764)	-	-	(1.339)	(507.171)
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	28.958	-	28.958
Outras	-	-	-	-	-	-	10	10
Depreciação	(631.364)	(7.282)	(16.388)	(10.560)	-	-	(18.380)	(683.974)
Em 31 de dezembro de 2012	7.766.117	212.975	26.663	65.154	17.560	930.396	113.419	9.132.284
Custo total	11.889.431	271.316	180.603	156.698	17.560	930.396	253.096	13.699.100
Depreciação acumulada	(4.123.314)	(58.341)	(153.940)	(91.544)	-	-	(139.677)	(4.566.816)
Em 31 de dezembro de 2012	7.766.117	212.975	26.663	65.154	17.560	930.396	113.419	9.132.284

A vida útil estimada dos itens utilizada no cálculo da depreciação é:

	Anos
Equipamentos de voo - aeronaves	6 - 25
Equipamentos de voo - motores	10
Manutenção	4 - 6
Edifícios	25
Máquinas e equipamentos	10
Computadores	5

(i) Inclui aeronaves, motores e conjuntos de peças sobressalentes. As aquisições incluem as aeronaves que foram consideradas arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 6/IAS 17. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, 70 aeronaves nessa modalidade (2012 - 83 aeronaves). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a controlada TLA recebeu 19 aeronaves classificadas como arrendamento operacional (subarrendadas com a controladora LATAM).

(ii) Os valores desembolsados no programa de aquisição de aeronaves são mantidos como adiantamentos, uma vez, que no momento do desembolso ainda não foi definido que modalidade de contrato de arrendamento será utilizada. A experiência histórica da Companhia demonstra que a devolução dos montantes pré-pagos por ocasião da entrega das aeronaves pelo fabricante é provável.

(iii) Abrangem basicamente móveis e veículos. Os valores são restituídos para a TAM ou capitalizados com os equipamentos de voo como "adições".

(iv) Em 31 de dezembro de 2012 o saldo corresponde a transferência de itens classificados como intangível para imobilizado.

(v) No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, 13 aeronaves do modelo A330 classificadas como arrendamento financeiro em equipamentos de voo, foram transferidas para a LATAM, e posteriormente subarrendadas para a TLA. Tal transferência resultou no reconhecimento de uma despesa de R\$ 1.721.684 mil no resultado do exercício.

Com exceção das aeronaves, não há valores significativos referentes a imobilizado fora do Brasil. As aeronaves estão localizadas no Brasil, mas são usadas em voos domésticos e internacionais. A despesa de depreciação encontra-se alocada ao resultado conforme segue:

	2013	2012
Custos dos serviços prestados	565.766	645.196
Despesas comerciais	1.697	1.844
Despesas gerais e administrativas	34.117	36.934
	601.580	683.974

17. INTANGÍVEL

(a) Controladora
Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, em 23 de julho de 2013 a Pantanal foi incorporada pela TLA. Como resultado desse processo de incorporação, o ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição da Pantanal em 15 de março de 2010 no montante de R\$ 163.189 com efeito de R\$ 38.262 no imposto de renda e contribuição social diferidos, anteriormente registrado na rubrica de investimentos, foi reclassificado para a rubrica de intangível.

(b) Consolidado

	Consolidado						
	Projetos de tecnologia da informação (I)	Softwares	Outros intangíveis (II)	Direito de uso - Slots (III)	Marcas e patentes (IV)	Goodwill (II)	Total
Custo total	444.764	100.779	30.982	124.927	168.312	38.262	908.026
Amortização acumulada	(224.070)	(84.830)	-	-	-	-	(308.900)
Em 31 de dezembro de 2012	220.694	15.949	30.982	124.927	168.312	38.262	599.126
Adições	48.510	19.227	-	-	-	-	67.737
Prov. finalização projetos	(2.975)	-	-	-	-	-	(2.975)
Transferência	-	1.152	(1.152)	-	-	-	-
Amortização	(78.677)	(9.734)	(29.805)	-	-	-	(118.216)
Em 31 de dezembro de 2013	187.552	26.594	25	124.927	168.312	38.262	545.672
Custo total	490.299	121.158	29.830	124.927	168.312	38.262	972.788
Amortização acumulada	(302.747)	(94.564)	(29.805)	-	-	-	(427.116)
Em 31 de dezembro de 2013	187.552	26.594	25	124.927	168.312	38.262	545.672

	Consolidado						
	Projetos de tecnologia da informação (I)	Softwares	Outros intangíveis (II)	Direito de uso - Slots (III)	Marcas e patentes (IV)	Goodwill (II)	Total
Custo total	355.714	93.340	30.982	124.927	168.312	38.262	811.537
Amortização acumulada	(148.549)	(67.527)	-	-	-	-	(216.076)
Em 31 de dezembro de 2011	207.165	25.813	30.982	124.927	168.312	38.262	595.461
Adições	93.284	13.943	-	-	-	-	107.227
Baixas	(3.048)	(5.227)	-	-	-	-	(8.275)
Transferência (III)	(1.186)	(1.277)	-	-	-	-	(2.463)
Amortização	(75.521)	(17.303)	-	-	-	-	(92.824)
Em 31 de dezembro de 2012	220.694	15.949	30.982	124.927	168.312	38.262	599.126
Custo total	444.764	100.779	30.982	124.927	168.312	38.262	908.026
Amortização acumulada	(224.070)	(84.830)	-	-	-	-	(308.900)
Em 31 de dezembro de 2012	220.694	15.949	30.982	124.927	168.312	38.262	599.126

A despesa de depreciação encontra-se alocada ao resultado conforme segue:

	2013	2012
Custos dos serviços prestados	1.553	600
Despesas comerciais	16.668	6.645
Despesas gerais e administrativas	99.995	85.579
	118.216	92.824

(i) O saldo de projetos de tecnologia da informação considera os gastos com desenvolvimento de projetos e de softwares, incluindo gastos com materiais, horas trabalhadas de terceiros e outros gastos diretos, os quais são reconhecidos quando é provável que os projetos serão bem sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica e somente quando o seu custo pode ser medido de modo confiável. A amortização desses gastos é feita pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. O prazo de amortização previsto é de até cinco anos, dependendo do estudo de recuperabilidade de cada projeto.

(ii) Quando da aquisição da Pantanal em março de 2010, foram identificados como ativos intangíveis os direitos separáveis de operações de aeroporto. O valor justo desse ativo intangível foi estimado em R\$ 124.927 e o ativo considerado de vida útil indefinida. A Companhia concluiu, durante o primeiro trimestre de 2011, a avaliação da combinação de negócios decorrente da aquisição da Pantanal Linhas Aéreas S.A., iniciada em 15 de março de 2010. Como resultado dessa avaliação, foi registrado o valor de R\$ 38.262 a título de imposto de renda e contribuição social diferido passivo originado da diferença entre o valor fiscal do intangível e o valor justo registrado para fins da combinação de negócios. O passivo fiscal diferido resultante foi registrado em contrapartida ao ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

(iii) Em 31 de dezembro de 2012 o saldo corresponde a transferência de itens classificados como intangível para imobilizado.

(a) Teste para avaliação da redução ao valor recuperável (impairment)
Com a aquisição da Pantanal, a Companhia reconheceu um ativo intangível de vida útil indefinida o direito de uso nas operações em aeroportos (slots) e ágio.

Os slots foram alocados para unidade geradora de caixa (UGC) Pantanal na aquisição e o ágio foi alocado para o segmento operacional "Aviação", que inclui duas UGCs: TLA e Pantanal. Também na aquisição da marca TAM reconhecemos a marca TAM como um ativo intangível com vida útil indefinida alocada a UGC TLA.

O segmento operacional e a UGC Aviação alocaram em 31 de dezembro de 2011 um ágio no montante de R\$ 38.262, slots com vida útil indefinida o montante de R\$ 124.927 e a marca TAM com vida útil indefinida o montante de R\$ 168.312.

O valor recuperável da UGC Aviação foi estimado baseado no valor justo menos o custo de venda. O valor justo menos o custo de venda foi estimado em uma metodologia que considera o valor justo menos o custo de venda da TAM em 31 de dezembro de 2013 reduzido pelo valor de mercado da Multiplus naquela data na extensão da participação da TAM na Multiplus. Não foi identificado redução ao valor recuperável.

18. PASSIVOS FINANCEIROS

O valor contábil dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos, são demonstrados abaixo:

	Consolidado			
	2013	2012	2013	2012
Circulante				
Obrigações por arrendamento financeiro (Nota 18.1)	679.469	742.628	684.455	742.628
Bônus seniores (Nota 18.2)	41.665	38.089	39.968	34.865
Empréstimos (Nota 18.3)	1.152.013	955.615	1.159.357	957.489
Debêntures (i)	-	538.939	-	515.950
	1.873.147	2.275.271	1.883.780	2.250.932
Não circulante				
Obrigações por arrendamento financeiro (Nota 18.1)	3.224.490	4.430.996	3.230.413	4.430.996
Bônus seniores (Nota 18.2)	2.669.462	2.442.037	2.554.938	2.224.583
Empréstimos (Nota 18.3)	8.958	10.144	9.015	10.182
	5.902.910	6.883.177	5.794.366	6.665.761

(i) Em 5 de novembro de 2013, a Companhia solicitou ao BB - Banco de Investimento S.A. o resgate antecipado integral das debêntures emitidas em 24 de julho de 2009. A Companhia efetivou a liquidação da debênture em 21 de novembro de 2013, no valor de R\$ 417.226.

18.1 Obrigações por arrendamentos financeiros

	Pagamentos mensais com vencimento final em		
	2013	2012	2012
Em moeda nacional			
Equipamentos de informática	2014	13.108	15.616
Em moeda estrangeira - USS			
Aeronaves	2024	3.707.547	4.949.361
Motores	2021	189.109	204.168
Máquinas e equipamentos	2014	5.104	4.479
		3.914.868	5.173.624
		(684.455)	(742.628)
		3.230.413	4.430.996
Circulante			
Não circulante			

Para os referidos arrendamentos foram oferecidas pela TAM cartas de fiança e depósitos em garantia. Os pagamentos mínimos dos arrendamentos financeiros são os seguintes:

Ano	2013	2012
Não superior a um ano	757.122	857.336
Entre 1 e 5 anos	2.089.886	3.218.395
Superior a 5 anos	1.352.425	1.659.013
Efeito de desconto	(284.565)	(561.120)
	3.914.868	5.173.624

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia, através de suas controladas TLA e TAM Airlines, possui 70 aeronaves (2012 - 83 aeronaves) registradas como arrendamento financeiro.

18.2 Bônus seniores

	2013	2012
TAM Capital, Inc. (i)	706.858	615.225
TAM Capital 2, Inc. (ii)	721.279	627.823
TAM Capital 3, Inc. (iii)	1.166.769	1.016.400
	2.594.906	2.259.448
	(39.988)	(34.865)
	2.554.938	2.224.583

(i) Em 25 de abril de 2007, a TAM Capital Inc. concluiu oferta de 3.000 bônus seniores, com valor nominal unitário de US\$ 100 mil, valor total original de US\$ 300 milhões (equivalente a R\$ 710,4 milhões utilizando a taxa de conversão da transação), custo de captação de R\$ 13,7 milhões, com juros de 7,375% a.a. (taxa efetiva na data da transação 7,70% a.a.) pagos semestralmente e o principal a pagar integralmente em 2017, por meio de uma oferta no exterior isenta de registros na CVM. A Companhia registrou os bônus seniores na *Securities and Exchange Commission* ("SEC") em 30 de outubro de 2007.

(ii) Em 22 de outubro de 2009, a TAM Capital 2 Inc.



TAM S.A.

e TAM S.A. e Empresas controladas

CNPJ 01.832.635/0001-18



Demonstrações Financeiras 2013

Continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA

Na demonstração dos fluxos de caixa, a receita proveniente da venda de imobilizado compreende:

	2013	2012
Recursos obtidos (utilizados) na alienação de imobilizado	62.787	584
Valor contábil imobilizado	(5.143)	(501.264)
Ganho (perda) na alienação de imobilizado	57.644	(500.680)

	2013	2012
Valor contábil do disponível para venda	15.044	-
Perda na alienação	(1.728)	-
Recursos obtidos na alienação do disponível para venda	13.316	-

Transações não monetárias

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalente de caixa foram:

	2013	2012
Aquisições de imobilizado através de arrendamento financeiro	-	124.430
Financiamentos captados para pagamentos direto a fornecedores	-	57.493
Aquisições de imobilizado adquirido através de financiamentos	236.127	44.460
Aquisição de outros ativos imobilizados	-	2.463
Financiamento pré-pagamento de aeronaves	18.898	161.084
Baixa por descarte/ transferência de propriedade	1.887.381	-
Aquisição Investimento ABSA	56.269	-
Transferência para ativo não corrente disponível para venda	974	-

32. COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

(a) Compromissos por arrendamentos operacionais

A TLA possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento de aeronaves sob a modalidade operacional simples. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial. Em 31 de dezembro de 2013, a TAM possui 65 aeronaves na modalidade de arrendamento operacional simples (2012 - 68 aeronaves). Os contratos têm prazo médio de 110 meses e são atualizados com base na variação da cotação do dólar norte-americano, acrescidos da *LIBOR*. O custo dos contratos de arrendamento das aeronaves, reconhecidos no resultado consolidado, na rubrica "Custo dos serviços prestados", totalizou, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 871.363 (2012 - R\$ 567.326), respectivamente, equivalentes a aproximadamente US\$ 371.964 (2012 - US\$ 277.625).

Para a maioria das operações foram oferecidas cartas de fiança ou depósitos como garantia de emissão da Companhia.

Adicionalmente, de forma a atender o cronograma de pagamentos previsto em contrato, foram oferecidas notas promissórias com aval da Companhia que totalizavam, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 1.848 (2012 - R\$ 2.023).

Em moeda estrangeira - US\$ (*)

	Pagamentos mensais com vencimento final em		2013	2012
Aeronaves	2023	1.540.335	1.365.811	
Motores	2021	8.716	17.337	
		1.549.051	1.383.148	

(*) Arrendamentos mercantis operacional são denominados em dólares americanos e os acordos de pagamentos futuros são apresentados em Reais convertidos à taxa de fechamento do período.

Os vencimentos têm a seguinte distribuição por período:

	2013	2012
Não superior a um ano	422.925	399.337
Entre 1 e 5 anos	871.899	806.373
Superior a 5 anos	254.227	177.438
	1.549.051	1.383.148

Marco Antonio Bologna
Diretor Presidente

Daniel Levy
Diretor Financeiro

Claudia Marina Noraha
Diretora de Controladoria

Ricardo Yuji Watanabe
Contador - 1SP251964/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

TAM S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da TAM S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da TAM S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

(b) Compromissos por futuros arrendamentos de aeronaves

(i) Airbus

Em 28 de junho de 2007, a controlada assinou Memorando de Entendimento para a aquisição de 22 Airbus A350XWB, modelos 800 e 900 para serem entregues entre 2013 e 2018.

Adicionalmente, a TLA confirmou o exercício de 4 opções de Airbus A330, entregues no primeiro semestre de 2010 e 2011, referente ao contrato do final de 2006. A controlada confirmou ainda as 20 opções que haviam sido transferidas de 2005 para 2006 e que os recebimentos estão previstos para até o final de 2014.

Em 8 de junho de 2010, a TLA anunciou a encomenda de 20 novas aeronaves Airbus da família A320 e 5 A350-900, aumentando o número total de pedidos de aeronaves Airbus para 176 - incluindo 134 aeronaves da Família A320, 15 A330-200 e 27 A350XWB. O objetivo desta encomenda é cumprir o plano de frota já divulgado pela Companhia no ano de 2009. Das 20 aeronaves encomendadas da família A320 (A319, A320 e A321), 10 aeronaves serão entregues em 2014 e as outras 10 aeronaves entregues em 2015.

(ii) Expansão e renovação da frota

Em 28 de fevereiro de 2011, a Companhia anunciou a encomenda de 32 aeronaves da Família Airbus A320 e de 2 Boeings 777-300ER, os mesmos serão utilizados para a renovação e a expansão da frota. O montante destes novos pedidos, baseado em valores de lista, é de aproximadamente US\$ 3,2 bilhões. Das 32 aeronaves encomendadas à Airbus, 22 são do novo modelo A320neo e 10 da Família A320. Os aviões desse novo pedido serão entregues entre 2016 e 2018.

Os dois Boeings 777-300ER serão entregues em 2014. Com o pedido de mais 2 aviões, chega a 8 o número total de encomendas à fabricante norte-americana - incluindo 4 aeronaves que foram entregues em 2012 e 2 em 2013. Quando todos os aviões forem entregues, teremos 12 Boeings em nossa frota.

(c) Seguro

A TAM mantém o seguro adequado aos riscos esperados para cobrir todas as responsabilidades geradas pelo acidente em 17 de julho de 2007, com uma aeronave Airbus A320, considerando os acordos já feitos e pagos com as famílias das vítimas pela companhia de seguro. Até a data de 31 de dezembro de 2013, 196 (2012 - 193) pagamentos foram efetuados às famílias das vítimas e outros estão sob negociação com a empresa de seguro da Companhia. A Administração compreende que a cobertura do seguro é adequada para cobrir todos os custos relacionados. A Companhia acredita que não incorrerá despesas adicionais ou inesperadas fora do escopo do acordo de seguro que seria responsabilidade direta de TAM.

(d) Passivos contingentes

As contingências que provavelmente exigirão um pagamento por parte da TAM estão provisionadas e são descritas na Nota 21.

(e) Ativos contingentes

(f) ICMS

Em 17 de dezembro de 2001, em virtude de decisão proferida pelo Superior Tribunal Federal - STF, deixou de incidir ICMS sobre a receita decorrente de serviços de transporte aéreo nacional e internacional de passageiros, bem como sobre a receita de serviços de transporte aéreo de cargas internacionais. Como consequência a essa decisão, permanece sendo requerida a tributação do ICMS sobre a receita de serviços de transporte aéreo de cargas nacionais. A provisão mantida pela Companhia totaliza, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 19.977 (2012 - R\$ 2.497), apresentada na rubrica "Impostos e tarifas a recolher".

No período de maio de 1989 a maio de 1994, foram efetuados recolhimentos de ICMS considerados indevidos em virtude de inconstitucionalidade da lei que os exigiu. A TLA optou por auizuar, nos diferentes estados do País, ações de repetição de indébito objetivando recuperar a totalidade dos valores pagos indevidamente. A Administração da TLA somente reconhecerá os créditos envolvidos no momento em que a recuperação financeira desse direito for julgada em última instância pelos tribunais.

(ii) Indenização por danos relativos a congelamento de preços

A TLA impetrou ação judicial contra a União, pleiteando indenização pela quebra do equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de concessão de transporte aéreo, por insuficiência tarifária. O desequilíbrio objeto desta causa ocorreu no período de janeiro de 1988 a setembro de 1993, pela manutenção da operação com as tarifas então fixadas pelo Governo Federal. Em abril de 1998, a ação foi julgada procedente pela Justiça Federal, tendo o montante da indenização determinado com base em cálculo feito por perito judicial. Este montante está sujeito a juros de mora desde setembro de 1993, e a atualização monetária a partir de novembro de 1994. A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso especial interposto pela TLA, para determinar que o Tribunal Regional Federal analise o mérito do recurso de apelação sem a necessidade de intervenção do Ministério Público.

A Administração não procedeu a nenhum registro contábil destes créditos, o que somente será feito quando o referido direito for julgado em última instância.

(iii) Adicional de tarifas aeroportuárias - ATAERO

Em 2001 a TLA interps uma ação ordinária com o pedido de tutela antecipada discutindo a legalidade do adicional de tarifas aeroportuárias criado pela Lei 7920/89, que incide a alíquota de 50% sobre as tarifas aeroportuárias. A partir de janeiro de 2012 esse percentual foi reduzido para 35,9%. A Companhia vem pagando mensalmente referidos valores, que em 31 de dezembro de 2013 totalizavam R\$ 1.201.150 (2012 - R\$ 1.146.398) para o qual nenhum ativo foi reconhecido contabilmente.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

No trimestre findo em 31 de março de 2014, a Companhia realizou a transferência de dez aeronaves da família Airbus 320, para a controladora LATAM Airlines Group S.A. (LATAM), cujo efeito líquido contabilizado ao resultado (perda) foi de R\$ 183.488. As referidas aeronaves foram objeto de operações de subarrendamento firmadas com a LATAM na mesma data.

Em 19 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou contrato de cessão de créditos de *pre-delivery payment* (PDP) junto a controladora LATAM. O valor da transação foi de R\$ 436.000 e está alinhado ao processo de integração de frota entre as Companhias.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital de R\$ 582 milhões, passando o capital social de R\$ 4.450.973 mil para R\$ 5.032.973 mil.

Base para opinião com ressalva

Nas demonstrações financeiras da controlada TAM Linhas Aéreas S.A. de 31 de dezembro de 2012, a administração da Companhia efetuou ajustes para correção de erros acumulados nas contas "Receita Diferida (transportes a executar)", "Contas a receber", "Despesas antecipadas (comissões e incentivos)", "Impostos e tarifas a recolher" e "Demais contas a pagar" e considerou impraticável (i) mensurar os correspondentes efeitos tributários e (ii) identificar em que períodos anteriores ocorreram os erros que seria devida a contabilização. Dessa forma, os ajustes no montante de R\$ 1.123.740 mil foram efetuados à conta de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2012 e o balanço patrimonial àquela data foi reapresentado. O efeito em igual montante impacta o resultado da equivalência patrimonial da TAM S.A. (controladora) em 31 de dezembro de 2012. Nas circunstâncias, não nos foi praticável determinar em que períodos anteriores ocorreram os erros e dessa forma identificar os efeitos desses ajustes nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TAM S.A. e da TAM S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 7 de abril de 2014

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador
CRC 1BA018245/o-1"S" SP